

# Concursos mantidos até o ano 2000

“Estabilidade no emprego é o maior atrativo da carreira de funcionário público. Certo? Errado. Depois que o governo anunciou a demissão de 33 mil servidores públicos da União, a tal vantagem começou a ser questionada. Mas, enquanto uns estão apreensivos com os cortes do governo, uma outra parcela pode ficar despreocupada. As carreiras estratégicas de Estado — como auditores fiscais serão preservadas, assim como os concursos pa-

ra estes cargos e os concursados já aprovados.

Segundo o Ministério da Administração, o arrocho no funcionalismo se restringe apenas aos servidores públicos não-estáveis, aqueles contratados entre 1983 e 1988. Os cortes, que devem ser anunciados em janeiro, vão atingir o pessoal das atividades chamadas áreas do meio, que dão suporte administrativo ao serviço público. A maioria dos servidores não-estáveis trabalha em fundações fede-

rais, como a Fundação Nacional de Saúde, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Escola Nacional de Administração Pública, a Fundação Rocque Pinto e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan).

Todos os concursos continuarão sendo oferecidos até o ano 2000. Segundo o Ministério da Administração, a abertura de concursos está voltada para a contratação de profissionais das chamadas carreiras de estado, cujas tarefas normalmente

são exercidas apenas pelo setor público. As seleções portanto, não incluem cargos de apoio. A idéia é reforçar os quadros de setores da administração que têm função fiscalizadora, como o de fiscais da Receita, da Saúde e do INSS.

Em 1997, foram abertas 2.975

vagas em 23 cargos da área federal e

o Ministério da Administração ga-

rante que os concursados aprovados

estão com suas vagas garantidas. A

espera agora é para o próximo ano,

quando serão realizados mais 22 concursos para preencher 2.095 va-

gas, entre elas as de delegados de polícia, analista de orçamento e técnico do Tesouro Nacional.

Os cursinhos preparatórios para estes concursos não se abalaram com a medida do governo. “Acredito que depois que a crise passar, o número de vagas vai até aumentar”, espera a

coordenadora pedagógica do Obs-  
cursos, no Centro. Nem mesmo os

pretendentes aos cargos públicos in-  
timidaram-se com o pacote fiscal do  
governo. A assessora cultural Mí-  
riam Rose da Costa, que já prestou  
dois concursos, segue agora para o  
terceiro. “Eu e muitos colegas temos  
isso como a última esperança”, diz.

Para os servidores que serão de-  
mitidos, resta a esperança de a pro-  
messa do governo se consolidar: se-  
gundo o Ministério da Administra-  
ção, eles devem receber indeniza-  
ções equivalentes a um salário por  
cada ano trabalhado.